

**O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO REGIME MILITAR – AS
SINGULARIDADES VIVENCIADAS NA F.F.C.L. BARÃO DE MAUÁ DE
RIBEIRÃO PRETO-SP (1968-1978): O CENÁRIO ECONÔMICO-SOCIAL.**

Vera Helena Berti PASSETTO*

O ponto de partida dessa investigação, o ano de 1968, foi pleno de acontecimentos no mundo e, aqui no Brasil, a marca mais forte foi a edição do Ato Institucional nº 5. Nos anos seguintes, a censura às manifestações culturais foi violenta, as liberdades individuais foram limitadas, a cassação de direitos políticos e a aposentadoria compulsória de profissionais foi rotineira. Nesse quadro de frequentes embates entre forças do governo e representantes de organizações que se opunham ao regime a FFCL Barão de Mauá contava com professores aposentados compulsoriamente pelo regime militar lecionando nos diversos cursos da instituição. Essa experiência única no ensino superior local é o fulcro desse estudo.

Para situar historicamente o tema que vem sendo trabalhado, foi necessário focalizar o cenário econômico-social do período destacado. Para essa abordagem recorremos a autores consagrados que servem de referencial para nosso propósito.

De acordo com Celso Furtado, entre 1930 e 1945, a conjuntura internacional favoreceu o desenvolvimento econômico no Brasil, com a produção aqui de itens anteriormente importados, contando o setor produtivo com recursos provenientes da exportação agrária. Houve, com isso, dinamização da economia e o surgimento de uma classe de consumidores incentivando as atividades econômicas e a expansão do mercado interno. Em 1945, com a reorganização política, foram reatados os laços de dependência ao capital internacional, porém a substituição de importação continuou a ocorrer até 1964 de forma acelerada e diversificada.

O cenário político, na análise de Fernando Henrique Cardoso, foi marcado pelo Estado populista-desenvolvimentista com aliança frágil entre o empresariado interessado em ampliar o processo de industrialização favorecido por barreiras protecionistas e os setores populares que queriam maior participação econômica e

* Graduada em Ciências Sociais pela UNESP; Especialista em Sociologia do Trabalho pela UNESP e em Didática do Ensino Superior pelo Centro Universitário Barão de Mauá; Professora do Centro Universitário Barão de Mauá e Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Metodologia da Oralidade (NEPMO) do Centro Universitário Barão de Mauá.

política, sendo essa aliança conduzida pelo empresariado que precisava do apoio popular para enfrentar as antigas oligarquias. Nessa época o capital estrangeiro era bem recebido, percebido como investimento auxiliar do projeto desenvolvimentista nacional. Porém, com o esgotamento do processo de substituição de importações manifestaram-se as contradições latentes no sistema: as pressões distributivistas das massas não combinavam com a necessidade das empresas de manter a lucratividade e a acumulação. Os segmentos integrantes das classes médias e as forças armadas sentiram-se prejudicados pela inflação e afastados do poder e não reconheciam mais o Estado como defensor de seus interesses. Também o capital estrangeiro expansionista sentia-se tolhido pelo modelo político em vigor. O embate se estabeleceu entre forças populares, representadas por alguns intelectuais e setores do Estado, e a conjunção de parcelas das classes médias, do empresariado nacional, do capital estrangeiro monopolista e das antigas oligarquias.

Na visão de Dermeval Saviani, a industrialização unia diferentes forças sociais em prol do desenvolvimento do país. Nos anos 1960 nacionalismo rimava com liberalismo. A indústria para substituir a importação era apoiada por diferentes segmentos sociais. Porém, no governo de Juscelino, a industrialização acelerada foi acompanhada de aumento da dívida externa, aumento da inflação, e o governo enfrentou dificuldades na articulação política, desencadeando a crise dos anos 1960. Foi eleito Jânio Quadros que renunciou agravando a crise política. O vice-presidente João Goulart assumiu a presidência com poderes reduzidos pelo parlamentarismo. Enfrentou ambiente político, social e econômico conturbado e acabou deposto pelos militares apoiados pelos setores conservadores da sociedade em abril de 1964. O novo regime promoveu o crescimento econômico a custo do aprofundamento das distâncias sociais, da repressão e da censura. Contudo a insatisfação popular manifestava-se com sucessivas passeatas e enfrentamentos que foram “solucionados” com o AI 5, em 1968.

Retornando a Cardoso, para assegurar um crescimento dinâmico da demanda foi necessário reorganizar a estrutura do consumo interno e do mercado externo. Essa reorganização atingiu o plano educacional. Para Saviani a ruptura em 1964 foi apenas no nível político para assegurar a ordem econômica e, a continuidade sócio-econômica é acompanhada pela continuidade no plano educacional. Foi nesse cenário que começou a história do Centro Universitário Barão de Mauá.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MEIHY, J. C. S. B. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1984.